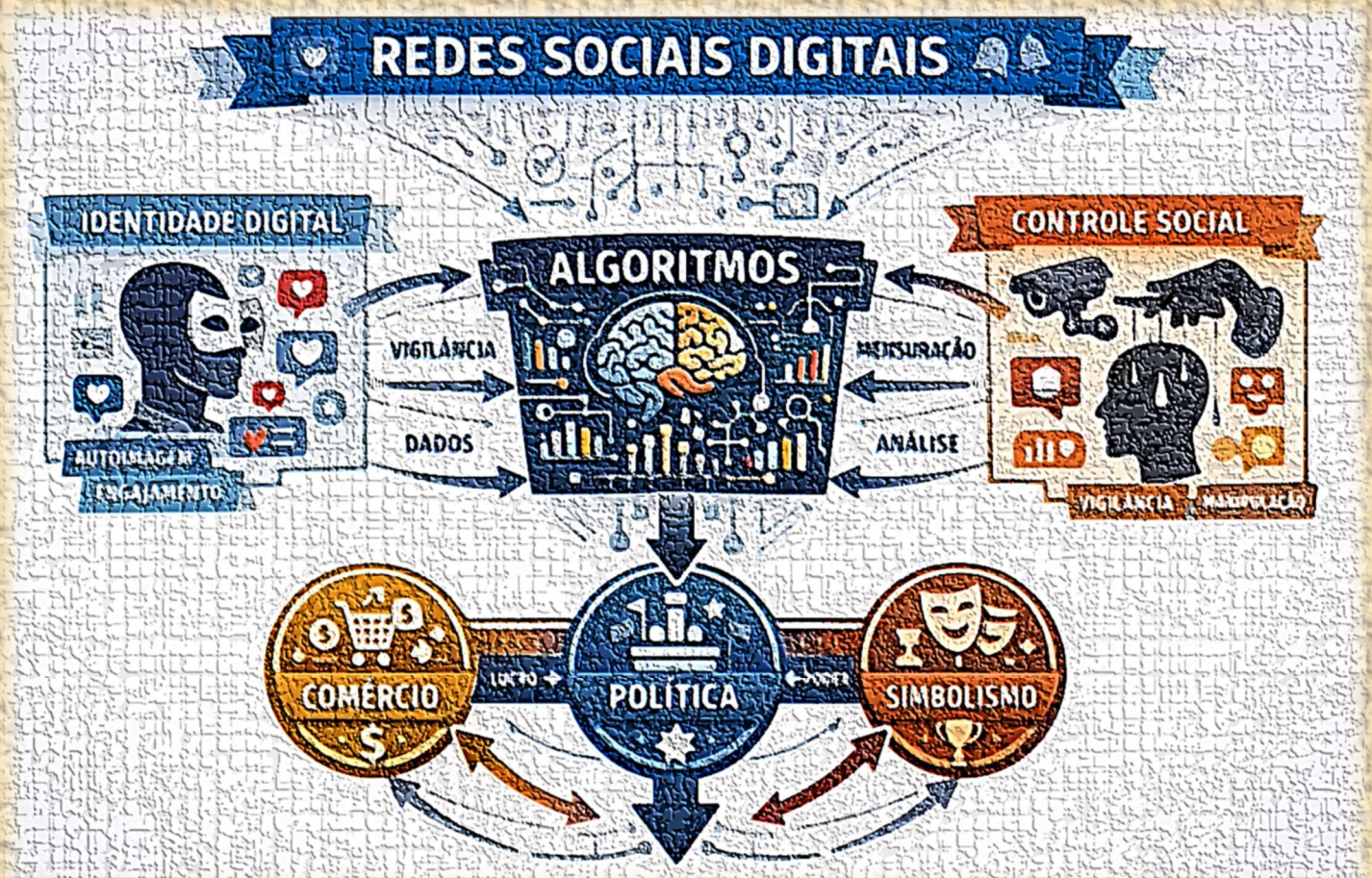


IDENTIDADE, MENSURAÇÃO E PODER NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Um ensaio analítico sob a perspectiva da sociedade em rede



Iraê César Brandão

Jan- 2026

Identidade, Mensuração e Poder nas Redes Sociais Digitais: um ensaio analítico sob a perspectiva da sociedade em rede

Identity, Measurement, and Power in Digital Social Networks: an analytical essay through the lens of the network society

Iraê César Brandãoⁱ¹

¹administrativo@iraecbrandao.com.br

 ¹<https://orcid.org/0000-0002-2079-0615>

Resumo: Este ensaio teve como objetivo analisar de que maneira as redes sociais digitais atuaram como instrumentos de mensuração identitária e comportamental na sociedade em rede, convertendo interações sociais, práticas cotidianas e expressões subjetivas em parâmetros avaliativos passíveis de utilização para múltiplos fins, sem a explicitação de um objetivo único e transparente aos usuários. Como objetivo geral, se buscou compreender o papel das plataformas digitais na reconfiguração dos processos de constituição identitária e de controle social. Como objetivos específicos, se pretendeu: (i) examinar a atuação dos algoritmos como mediadores da visibilidade, do reconhecimento e do pertencimento social; (ii) identificar a multifinalidade da captura de dados nas dinâmicas econômicas, simbólicas e políticas; e (iii) analisar a continuidade histórica das práticas de mensuração e normalização do sujeito. A metodologia adotada se caracterizou como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise teórico-conceitual. Os resultados indicaram que as redes sociais digitais não apenas refletiram identidades preexistentes, mas contribuíram ativamente para a fragmentação do *Self*, a constituição de *personas* funcionais (*aliases*) e a mensuração contínua da subjetividade. Se observou que os algoritmos operaram como arquiteturas de poder informacional, estruturando comportamentos e padrões de visibilidade, intensificando mecanismos sociais e simbólicos historicamente existentes. Se concluiu que a subjetividade contemporânea passou a ser constituída na interseção entre agência individual e determinação algorítmica, legitimada por benefícios simbólicos percebidos. Como questão para mensuração posterior, se propõe investigar em que medida os indivíduos reconhecem e avaliam criticamente a influência algorítmica na constituição de suas identidades e decisões cotidianas.

Palavras-chave: Sociedade em rede; Identidade; Mensuração social; *Marketing* digital; Poder informacional.

Abstract: This essay aimed to analyze how digital social networks acted as instruments for measuring identity and behavior in networked society, converting social interactions, everyday practices, and subjective expressions into evaluative parameters that can be used for multiple purposes, without explicitly stating a single, transparent objective to users. The general objective was to understand the role of digital platforms in reconfiguring the processes of identity formation and social control. The specific objectives were: (i) to examine the role of algorithms as mediators of visibility, recognition, and social belonging; (ii) to identify the multifunctionality of data capture in economic, symbolic, and political dynamics; and (iii) to analyze the historical continuity of practices of measurement and normalization of the subject. The methodology adopted was qualitative, exploration, and descriptive in nature, based on a literature review and theoretical-conceptual analysis. The results indicated that digital social networks not only reflected preexisting identities but also actively contributed to the fragmentation of the *Self*, the constitution of functional *personas* (*aliases*), and the continuous measurement of subjectivity. It was observed that algorithms operated as architectures of informational power, structuring behaviors and patterns of visibility, intensifying historically existing social and symbolic mechanisms. It was concluded that contemporary subjectivity has come to be constituted at the intersection between individual agency and algorithmic determination, legitimized by perceived symbolic benefits. As a question for further measurement, it is proposed to investigate the extent to which individuals recognize and critically evaluate the algorithmic influence in the constitution of their identities and everyday decisions.

Keywords: Network society; Identity; Social measurement; Digital marketing; Informational power.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as tecnologias de comunicação sempre desempenharam papel central na organização social, na produção de sentidos e na regulação de comportamentos. No entanto, no contexto atual, marcado pela expansão das redes sociais digitais, se observa uma intensificação sem precedentes da capacidade de registrar, mensurar, classificar e prever ações humanas. Este ensaio partiu da premissa de que tais redes não apenas mediaram relações sociais, mas passaram a constituir dispositivos ativos de produção identitária e de exploração sistemática da subjetividade.

Nesse sentido, o artigo teve como objetivo analisar criticamente como plataformas como *LinkedIn*, *Instagram*, *TikTok*, *Facebook*, *X (Twitter)*, *Telegram* e outras redes sociais, profissionais e de entretenimento, *marketing* e negócios, foram apropriadas como instrumentos de mensuração contínua do indivíduo, sob a aparência de benefícios simbólicos, relacionais e profissionais, mas com finalidades múltiplas, difusas e, muitas vezes, não explicitadas aos usuários.

Este ensaio teve como problema central investigar de que maneira as redes sociais digitais atuaram como instrumentos de mensuração identitária e comportamental, convertendo expressões subjetivas, interações sociais e práticas cotidianas em parâmetros avaliativos passíveis de utilização para múltiplos fins comerciais, organizacionais, políticos e simbólicos, sem a explicitação de um objetivo único e transparente aos seus usuários.

Diante desse cenário, o estudo foi orientado por duas questões norteadoras: (1) de que maneira as plataformas digitais reconfiguram os processos de constituição identitária e os comportamentos sociais a partir de lógicas de mensuração, visibilidade e validação? (2) em que medida essas dinâmicas representam uma ruptura histórica ou a intensificação de mecanismos sociais e simbólicos já existentes?

Com base no problema de pesquisa delineado, este ensaio foi orientado pelas seguintes hipóteses:

- [H1] As redes sociais digitais atuaram não apenas como espaços de expressão de identidades sociais preexistentes, mas como dispositivos ativos de fragmentação identitária, contribuindo para a construção de *personas* funcionais (*aliases*) ajustadas às lógicas algorítmicas, mercadológicas e de visibilidade;
- [H2] A mensuração contínua de comportamentos, interações e preferências nas plataformas digitais promoveu a instrumentalização da subjetividade, convertendo

o indivíduo em um conjunto de dados operacionais passíveis de uso para múltiplos fins, sem finalidade única claramente definida;

[H3] A percepção dos benefícios oferecidos pelas redes sociais como reconhecimento, pertencimento e oportunidades profissionais, operou como mecanismo simbólico de legitimação da captura massiva de dados e da vigilância contínua, reduzindo a resistência dos usuários aos processos de controle informacional.

O objetivo geral deste ensaio se concentrou em analisar criticamente o papel das redes sociais digitais como sistemas de mensuração identitária e comportamental no contexto da sociedade em rede.

Os objetivos específicos foram: (a) Examinar a relação entre sociedade em rede e poder informacional à luz de Castells (2003); (b) Analisar a fragmentação do *Self* e a constituição de *personas* funcionais no ambiente digital; (c) Investigar o papel do *marketing* e das métricas de engajamento na exploração da subjetividade; e (d) discutir a multifinalidade dos dados capturados pelas plataformas digitais.

A relevância científica deste ensaio residiu na articulação interdisciplinar entre sociologia, psicologia e estudos de *marketing*, contribuindo para a compreensão crítica das redes sociais como infraestruturas de poder e mensuração social. Ao abordar a identidade como recurso estratégico na economia informacional, o estudo ampliou o debate sobre os limites entre autonomia individual, vigilância e controle simbólico.

Do ponto de vista social, a investigação se justificou pela crescente dependência das plataformas digitais na vida cotidiana, profissional e relacional. A compreensão dos mecanismos de mensuração e exploração de dados se mostrou fundamental para o debate público sobre privacidade, saúde mental e ética tecnológica, especialmente em contextos de crescente assimetria entre usuários e corporações digitais.

Este trabalho se caracterizou como um ensaio teórico-analítico de natureza qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e análise conceitual. Não se realizou pesquisa empírica ou de dados primários. As reflexões desenvolvidas se basearam na interpretação crítica de obras clássicas e contemporâneas da sociologia da comunicação, da psicologia do *Self* e do *marketing* digital.

A análise se concentrou em plataformas de redes sociais amplamente difundidas no contexto atual, tais como redes profissionais e de relacionamento, sem a pretensão de esgotar o tema ou generalizar empiricamente os resultados. O recorte temporal considerou o período de consolidação das redes sociais digitais no século XXI, entendendo o fenômeno como processo histórico e concomitante, ou seja, em curso.

2 ESTUDOS RELACIONADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e sistematizar as principais abordagens teóricas relacionadas à conceituação das redes sociais digitais, situando-as como fenômenos sociotécnicos centrais na organização da vida social contemporânea. Se busca compreender as redes sociais não apenas como ferramentas de comunicação, mas como estruturas complexas que articulam interação social, produção identitária, mediação algorítmica e relações de poder, servindo de base teórica para as análises desenvolvidas nos capítulos subsequentes.

2.1 Conceituação das Redes Sociais Digitais

Atualmente, as redes sociais digitais apresentam diferentes finalidades, formatos e dinâmicas de interação, estruturando práticas comunicacionais variadas. As plataformas voltadas à comunicação instantânea desempenham papel central na troca de mensagens, chamadas de voz e vídeo e na organização de grupos, integrando relações pessoais, institucionais e profissionais (BRASIL ESCOLA, 2025).

Redes voltadas à circulação de conteúdos audiovisuais, como *Instagram*, *TikTok*, *YouTube*, *Kwai* e *Snapchat*, priorizam visibilidade, engajamento e produção contínua de conteúdo. O *Facebook* mantém relevância como espaço de interação ampla, reunindo grupos, eventos e circulação de informações, enquanto o *X (Twitter)* caracteriza um ambiente de *microblogging* marcado por debates públicos em tempo real.

No campo das redes especializadas, o *LinkedIn* orienta a construção de identidades profissionais e o *networking*; o Pinterest organiza a descoberta visual de referências (e.g., design e moda), e plataformas como *Reddit*, *Discord* e *Twitch* estruturam interações comunitárias por interesses específicos. Apesar das diferenças de propósito e formato, essas redes compartilham arquiteturas algorítmicas que organizam a visibilidade e o engajamento, atuando como mediadoras centrais das práticas sociais atualmente (BRASIL ESCOLA, 2025).

2.2 Identidade, Visibilidade e Relações em Ambientes Digitais

As redes sociais, em sua acepção clássica, podem ser compreendidas como estruturas formadas por atores sociais e pelas conexões estabelecidas entre eles, configurando sistemas dinâmicos de interação, troca e influência mútua. Para Recuero (2009), as redes sociais são

constituídas por nós (indivíduos ou grupos) e por laços sociais que expressam relações de cooperação, conflito, afinidade ou pertencimento. Com o advento da internet e das plataformas digitais, essas redes passaram a se materializar em ambientes mediados tecnologicamente, ampliando sua escala, velocidade e capacidade de registro das interações.

Nesse contexto, as redes sociais virtuais (RSVs) se diferenciam das formas tradicionais de sociabilidade por operarem em infraestruturas técnicas que permitem a persistência, a replicabilidade e a mensuração contínua das interações. Castells (2018) destaca que, na “*Sociedade em Rede*”, as relações sociais passam a ser organizadas predominantemente por fluxos de informação, nos quais o espaço digital assume centralidade na construção de vínculos, identidades e práticas culturais. Assim, as RSVs não apenas refletem relações sociais preexistentes, mas contribuem ativamente para sua reconfiguração.

Além de espaços de interação, as RSVs funcionam como ambientes de visibilidade e performatividade, nos quais os sujeitos constroem e negociam continuamente suas identidades. Segundo Boyd (2014), esses ambientes são caracterizados por públicos em rede, nos quais a exposição, o engajamento e o reconhecimento simbólico tornam-se elementos centrais das dinâmicas sociais. A identidade, nesse sentido, deixa de ser apenas uma expressão subjetiva para assumir uma dimensão relacional e estratégica, mediada por métricas, *feedbacks* e algoritmos.

Autores como Zuboff (2019) e Van Dijck (2013) destacam que as redes sociais digitais estão inseridas em modelos econômicos baseados na captura, análise e monetização de dados comportamentais. As interações, ao serem registradas e quantificadas, tornam-se recursos exploráveis, integrando lógicas de vigilância, controle e previsão. Dessa forma, as plataformas operam como mediadoras ativas da experiência social, influenciando padrões de comportamento, consumo, visibilidade e pertencimento.

Conceituar redes sociais digitais implica reconhecê-las como dispositivos sociotécnicos complexos, nos quais tecnologia, cultura, economia e poder se entrelaçam, permitindo situar criticamente os fenômenos analisados e evitar abordagens reducionistas ou tecnodeterministas¹. Zuboff (2019) argumenta que, apesar do poder crescente das plataformas digitais, ainda é possível refletir sobre a sociedade que queremos construir e agir para preservar nossa autonomia frente ao controle corporativo e à exploração de dados pessoais.

¹ Tecnodeterministas – se trata de uma teoria que sugere que a tecnologia é a principal força motriz por trás das mudanças na sociedade, na cultura e na história. A ideia central é que a tecnologia se desenvolve independentemente do contexto social ou cultural, e que a sociedade, por sua vez, é moldada e determinada por esses avanços tecnológicos (CASTELLS, 2003).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste ensaio se estruturou a partir de contribuições da sociologia da comunicação, da psicologia do *Self* e dos estudos críticos sobre tecnologia e *marketing* digital (MKT), com o objetivo de compreender como as redes sociais digitais se consolidaram como dispositivos de mensuração identitária e de poder informacional. O presente ensaio adotou o pressuposto de que a identidade, no contexto da sociedade em rede, não se constitui de forma autônoma ou exclusivamente subjetiva, mas é mediada por arquiteturas tecnológicas, lógicas algorítmicas e interesses econômicos que influenciam comportamentos, percepções e formas de pertencimento social. Dessa forma, os autores mobilizados permitiram analisar a relação entre identidade, plataformas digitais e captura de dados como fenômeno estrutural e historicamente situado.

3.1 Sociedade em Rede e Poder Informacional em Castells

Castells (2003; 2018) descreveu a emergência da sociedade em rede como uma reconfiguração estrutural do poder, no qual o controle dos fluxos de informação passou a ser mais relevante do que o controle direto dos territórios ou dos meios de produção tradicionais. Nesse modelo, as identidades deixaram de ser apenas construções culturais estáveis e passaram a ser moldadas dinamicamente pelas redes de comunicação. Segundo o autor, o poder na sociedade contemporânea operou de forma descentralizada, porém profundamente assimétrica, uma vez que as arquiteturas tecnológicas das redes definiram quais informações circularam, quais foram amplificadas e quais permaneceram invisíveis. Assim, as RSVs se consolidaram como espaços privilegiados de disputa simbólica e de construção identitária, onde o indivíduo se tornou simultaneamente emissor, receptor e objeto de análise.

3.1.1 A Castells e as dimensões da identidade na sociedade em rede

Castells (2003), em “*A Sociedade em Rede*”, descreveu diferentes formas pelas quais a identidade se constrói, negocia e resiste no contexto da sociedade em rede. Para o autor, identidade é produzida socialmente, não apenas como perfil subjetivo interno, mas como efeito das relações de poder e comunicação entre indivíduos, grupos e instituições. Três dimensões centrais emergem de sua obra:

- i. **Identidade de legitimadora:** A identidade legitimadora é aquela que justifica e sustenta as instituições hegemônicas (políticas, econômicas ou culturais) ao oferecer um senso de coesão e sentido para o coletivo. No contexto das redes sociais digitais, identidades legitimadoras operam quando: Perfis e discursos reproduzem narrativas dominantes; plataformas reforçam determinadas formas de participação social; e comportamentos são alinhados a valores hegemônicos (e.g., sucesso, *networking* e performance). A legitimação, aqui, não é apenas ideológica, mas tecnológica: os algoritmos endossam e amplificam padrões que reproduzem valores dominantes, orientando comportamentos e atenções.
- ii. **Identidade de resistência:** A identidade de resistência emerge como forma de contestação crítica às estruturas de poder e às formas normativas de circulação de sentido. Para Castells (2018), movimentos sociais digitais, por exemplo, são expressões de resistência quando questionam narrativas dominantes; produzem contradiscursos; e reconstróem significados alternativos. Essas identidades se formam em redes descentralizadas, onde a contrainformação pode escapar ao controle institucionalizado. Na economia digital, todavia, a resistência é tensionada pela plataforma: ao mesmo tempo em que possibilita contra narrativas, ela monetiza², ou seja, categoriza o que viabiliza se apropriar desses conteúdos, por meio de algoritmos, para fins comerciais ou de segmentação.
- iii. **Identidade de projeto:** Castells (2003) identificou ainda a identidade de projeto, caracterizada por um sentido de agência e propósito que mobiliza atores a transformar tanto a si mesmos quanto suas condições sociais. É uma identidade aberta, projetada para o futuro, incorporando: Valores e objetivos normativos próprios; repertório crítico e emancipatório; e estratégias comunicativas alinhadas à ação coletiva. No contexto de redes sociais digitais, identidades de projeto não apenas reagem ao ambiente circunscrito pelas métricas e pelas lógicas algorítmicas, mas tentam reconfigurar esse ambiente (e.g., por meio de mobilizações, criação de comunidades autônomas ou práticas de autorrepresentação não conformistas).

² Monetiza - significa transformar algo (e.g., um bem, serviço, conteúdo, propriedade etc.) em dinheiro ou em fonte de renda, gerando lucro ou receita. No mundo digital, é o processo de ganhar dinheiro com um site, vídeo, post ou rede social através de anúncios, vendas, assinaturas, doações, entre outras estratégias, se tornando rentável (CASTELLS, 2003; ZUBOFF, 2019)

3.1.2 Algoritmos, plataformas e a produção de subjetividade

À luz de Castells (2003; 2018), as plataformas digitais não são meros intermediários de comunicação, são arquiteturas de poder informacional que moldam, categorizam e normatizam comportamentos. A lógica algorítmica transforma interações sociais em dados, os quais são usados para:

- elaborar perfis de usuários;
- prever preferências e comportamentos;
- orientar exposição de conteúdo;
- influenciar decisões individuais e coletivas.

Essa função algorítmica não é neutra nem técnica, ela é política e econômica, porque determina quais vozes são amplificadas, quais conteúdos são valorizados e quais comportamentos se tornam socialmente recompensados. O conceito de “*platform capitalism*” (capitalismo de plataformas), discutido por Srnicek (2017), complementa essa visão ao mostrar como as plataformas digitais se tornaram formas dominantes de organização econômica, mediando relações sociais e convertendo a atividade humana em valor quantificável, conforme afirmado pelo autor “o valor econômico não deriva apenas de produtos ou serviços vendidos, mas de dados gerados continuamente pelos usuários [...]”.

Nesse sentido, a subjetividade na atualidade, baseada na maneira como o indivíduo percebe, estrutura e expressa sua identidade, é profundamente moldada pela lógica algorítmica. Conforme Striplas (2015), ao operar como mecanismos de mensuração e modulação, os algoritmos: reconfiguram expectativas normativas; transformam experiências em métricas; e circunscrevem a visibilidade social a padrões de desempenho.

Essa configuração ajuda a explicar por que muitos usuários internalizam a lógica das plataformas como se fosse natural, sem perceber a mediação estrutural que sustenta essas interações.

3.2 Perspectivas Contemporâneas sobre Redes Digitais, Subjetividade e Controle

Além das contribuições de Castells (2003, 2018) e Srnicek (2017), autores contemporâneos ampliam a compreensão crítica das dinâmicas sociais mediadas pelas plataformas digitais. Zuboff (2019), ao discutir o capitalismo de vigilância, argumenta que as atividades humanas passaram a ser sistematicamente capturadas, mensuradas e convertidas em dados comercializáveis. Nesse modelo, as interações sociais são continuamente monitoradas,

os dados comportamentais são monetizados e os objetivos dessa coleta tornam-se multifinais e opacos, produzindo não apenas vigilância externa, mas a internalização de um olhar permanente sobre si.

Ao refletir sobre a sociedade em rede, Brandão (2025d) propõe que o ambiente digital contribuiu para a emergência de uma nova hierarquia de necessidades, na qual pertencimento, visibilidade e validação simbólica assumem centralidade. As plataformas passam, assim, a atuar como mediadoras das motivações humanas, orientando comportamentos por meio de métricas, *feedbacks* e reconhecimento contínuo. Essa perspectiva dialoga com Castells (2003) ao compreender a identidade como processo relacional e histórico, e com Han (2018) ao evidenciar formas de controle menos coercitivas e mais internalizadas.

No campo da cultura em rede, Terranova (2004) analisa como a comunicação digital se articula à economia do conhecimento, reconfigurando ações coletivas, normas sociais e repertórios culturais. As redes sociais instituem novas formas de valor simbólico e transformam o compartilhamento voluntário em mecanismo central de produção de dados, reforçando a interdependência entre comunicação, cultura e exploração informacional.

Complementarmente, Andrejevic (2019) discute a automação da vigilância, destacando que os algoritmos não apenas classificam comportamentos, mas automatizam sua interpretação, convertendo os indivíduos em fontes contínuas de previsão. Tal processo impacta diretamente a constituição de identidades adaptativas às exigências algorítmicas e aos regimes de visibilidade impostos pelas plataformas.

Nesse cenário, Rosa & Bravo (2024, p. 6–7) observam que as interações digitais, realizadas por meio de conexões entre perfis, postagens e reações, estão sujeitas a múltiplas formas de expressão, nem sempre orientadas por critérios éticos. A percepção do ciberespaço como território de livre expressão contribui para a disseminação de discursos de ódio, violência simbólica e práticas discriminatórias, ampliando a marginalização de grupos vulnerabilizados. Essa dinâmica articula-se às reflexões de Zuboff (2019) sobre a captura da experiência humana como dado e às de Brandão (2025b) acerca dos riscos éticos da externalização cognitiva, evidenciando que a sociedade em rede atua não apenas como espaço de interação, mas como ambiente formativo da consciência, tensionando a autonomia subjetiva e os limites éticos das relações digitais.

3.2.1 Integração teórica: plataforma, identidade e poder

A partir dos referenciais acima, se torna claro que:

- a) A construção identitária nas redes sociais não é apenas reflexiva, mas materialmente mediada pela lógica algorítmica que estrutura o que é visível, relevante ou recompensado;
- b) A identidade pode ser legitimadora, de resistência ou de projeto, mas todas são condicionadas por fluxos e regimes de atenção produzidos pelas plataformas;
- c) A captura de dados é multifinal, servindo à economia da atenção, ao *marketing* comportamental, à predição de consumo, ao controle social e à formação de capital simbólico;
- d) A subjetividade moderna se situa no cruzamento entre agência individual e determinação algorítmica, o que exige uma perspectiva crítica que vá além de análises tecnicistas ou unidimensionais.

A elaboração do Quadro 1 se fundamentou na necessidade de articular, de forma comparativa e sistematizada, diferentes abordagens teóricas sobre identidade, poder informacional e lógica algorítmica nas RSVs. Ao reunir autores clássicos e contemporâneos, o quadro teve como objetivo evidenciar convergências conceituais quanto ao papel das plataformas como instrumentos de mensuração social, produção de subjetividade e reconfiguração das relações de poder, oferecendo uma síntese analítica de apoio ao desenvolvimento do ensaio.

Quadro 1: Identidade, algoritmos e poder nas RSVs

Autor	Conceito central	Como compreende a identidade	Papel dos algoritmos e plataformas	Contribuição para o debate do artigo
Castells (2003; 2018); Brandão (2025c)	Sociedade em rede; Poder informacional; Identidade legitimadora, de resistência e de projeto	A identidade é construída socialmente a partir de relações de poder mediadas por arquiteturas comunicacionais em rede	As plataformas estruturam fluxos de informação, definindo visibilidade, relevância e capacidade de ação	Fundamenta a noção de que a identidade é moldada por arquiteturas informacionais e lógicas de visibilidade, e não apenas por escolha individual
Zuboff (2019)	Capitalismo de vigilância	A identidade é convertida em fonte de dados comportamentais exploráveis economicamente	Algoritmos capturam, predizem e influenciam comportamentos para fins comerciais e políticos	Sustenta a ideia de multifinalidade dos dados e da vigilância como estrutura sistêmica
Brandão (2025b)	Consciência digital; risco ético	A identidade é influenciada pela externalização de processos cognitivos para sistemas digitais	Algoritmos moldam percepções, decisões e juízos éticos por meio da mediação informacional	Introduz a dimensão ética e cognitiva da mensuração algorítmica

Autor	Conceito central	Como compreende a identidade	Papel dos algoritmos e plataformas	Contribuição para o debate do artigo
Srnicek (2017)	Capitalismo de plataformas	O sujeito é parte de uma infraestrutura econômica baseada na extração de dados	Plataformas operam como intermediárias centrais, transformando interação social em valor econômico	Explica a transformação das redes em sistemas de mensuração e exploração contínua
Terranova (2004)	Cultura em rede; Produção social do valor	A identidade emerge da participação voluntária em redes e fluxos culturais	Algoritmos organizam a produção simbólica e o trabalho imaterial dos usuários	Reforça a noção de que engajamento é simultaneamente expressão e exploração
Andrejevic (2019)	Automação da vigilância	O indivíduo se torna objeto de classificação automática e predição	Algoritmos substituem a interpretação humana, automatizando decisões e julgamentos	Evidencia a redução da subjetividade a perfis operacionais
Han (2018)	Sociedade da transparência; Psicopolítica ³	O sujeito internaliza a vigilância e se autoexplora	Plataformas induzem à exposição voluntária e ao desempenho constante	Complementa o debate sobre a legitimação subjetiva do controle
Brandão (2025a;2025 d)	Nova hierarquia de necessidades; Ego, empatia e fragmentação do <i>Self</i>	A identidade digital emerge da reconfiguração das necessidades humanas mediada por lógicas de validação externa	Plataformas mediam pertencimento, reconhecimento e visibilidade por métricas e <i>feedbacks</i> algorítmicos, reforçando dinâmicas de comparação social e performance	Integra motivação humana e efeitos psicossociais às lógicas de mensuração e controle da sociedade em rede
Deleuze (2017) (atualizado por leituras modernas)	Sociedade de controle	A identidade é modulada continuamente, não fixada	Algoritmos operam por controle contínuo e adaptativo	Antecede conceitualmente a lógica algorítmica atual

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise do Quadro 1 evidenciou que, apesar da sofisticação crescente dos mecanismos técnicos de mensuração e controle, as lógicas de produção identitária, normalização e instrumentalização do sujeito mantêm uma continuidade histórica, sendo reconfiguradas na sociedade em rede por arquiteturas algorítmicas multifinais. Se observou, ainda, uma

³ Psicopolítica - é um conceito do filósofo Byung-Chul Han que descreve a forma de poder do neoliberalismo, atuando na mente e na psique para controlar os indivíduos através da autoexploração voluntária, explorando a sensação de liberdade e o desejo de desempenho, em vez da coerção direta. Esse poder "inteligente" usa a comunicação digital e os estímulos positivos (como reconhecimento e recompensa) para moldar emoções e comportamentos, levando à sobrecarga, depressão e à autoexploração, onde a pessoa se torna seu próprio explorador, sem um senhor externo (HAN, 2018).

convergência teórica entre os autores no reconhecimento das redes sociais digitais como dispositivos que convertem a identidade em recurso estratégico, mensurável e operacionalizável, os quais detalhamos a seguir:

- A identidade deixou de ser apenas expressão subjetiva e passou a operar como recurso estratégico;
- Os algoritmos não são neutros, mas mecanismos ativos de poder, mensuração e controle;
- A adesão dos usuários é em grande parte voluntária, legitimada por benefícios percebidos;
- Os fins da captura de dados são múltiplos, opacos e dinâmicos.

Mesmo partindo de perspectivas conceituais distintas, os autores analisados convergem ao apontar que algoritmos e plataformas atuam como mediadores ativos da experiência social, influenciando padrões de visibilidade, comportamento e pertencimento. O Quadro 1 demonstra, assim, que a subjetividade da atualidade se estrutura no entrecruzamento entre agência individual e determinação algorítmica, sustentando a hipótese de que as redes sociais operam simultaneamente como espaços de expressão, sistemas de mensuração, infraestruturas econômicas e dispositivos psicopolíticos de controle.

3.3 *Self, Personas* e Fragmentação Identitária

A psicologia analítica de Jung (2011) concebeu o *Self* (o “Eu”) como a totalidade da *psique* (totalidade da personalidade), integrando dimensões conscientes e inconscientes. Entretanto, o próprio autor reconheceu que o indivíduo, ao longo da vida social, construiu *personas* como máscaras necessárias à adaptação coletiva. Winnicott (1983), por sua vez, aprofundou essa discussão ao diferenciar o *True Self* (o “Eu” Verdadeiro) do *False Self* (o “Eu” Falso), sendo este último uma estrutura defensiva criada para atender às exigências externas.

No contexto das RSVs, tais conceitos ganharam nova dimensão. O que historicamente era episódico e contextual se tornou permanente e mensurável. As *personas* passaram a ser continuamente avaliadas por métricas de engajamento, convertendo expressões subjetivas em indicadores quantitativos. Este ensaio adotou o termo “*aliases*” para designar essas identidades funcionais, construídas estrategicamente para maximizar aceitação, visibilidade e reconhecimento social.

3.4 *Marketing*, Economia da Atenção e Dados Comportamentais

Atualmente, o *marketing* (MKT) deslocou seu foco do produto para o comportamento. Autores como Zuboff (2019) e Davenport & Beck (2001) demonstraram que a atenção humana se tornou um recurso escasso e altamente valorizado. Nesse cenário, as RSVs operaram como infraestruturas de coleta contínua de dados, transformando cada interação em informação comercializável.

No âmbito da performance social e da visibilidade digital, Brandão (2025c) analisou a projeção da imagem pessoal como elemento estratégico na construção de influência e credibilidade nas RSVs. O autor demonstrou que a empatia, frequentemente percebida como valor humano positivo, é incorporada às dinâmicas de engajamento como recurso instrumental, passível de mensuração e otimização algorítmica. Tal constatação reforça a leitura *bourdieusiana* do capital simbólico ao evidenciar que atributos subjetivos passam a ser convertidos em métricas quantificáveis. Nesse sentido, a atuação dos indivíduos nas plataformas digitais se alinha às lógicas do MKT comportamental, nas quais a autenticidade aparente se torna funcional à maximização de alcance, engajamento e reconhecimento social (BOURDIEU, 2010).

As métricas de uso como curtidas, compartilhamentos, tempo de permanência, cliques e reações; passaram a funcionar como instrumentos de mensuração social, capazes de inferir preferências, anseios, medos e padrões cognitivos. O indivíduo foi progressivamente convertido em um conjunto de variáveis probabilísticas, utilizado para fins publicitários, políticos, organizacionais e institucionais.

3.5 Redes Sociais Como Instrumentos de Mensuração

Conforme Zuboff (2019) e Dijck (2013), partindo do princípio de uma ilusão do benefício percebido, este ensaio constatou que as redes sociais foram amplamente mentalizadas pelos usuários como espaços de benefício: ampliação de *networking*, visibilidade profissional, expressão pessoal e pertencimento social. No entanto, tais benefícios funcionaram como elementos de legitimação simbólica de sistemas de vigilância contínua.

A adesão voluntária às plataformas ocorreu, majoritariamente, sem plena consciência da extensão e da profundidade da captura de dados. Dessa forma, a mensuração constante da vida

social passou a ser naturalizada como condição necessária de participação na esfera pública digital.

Analisando as RSVs como sendo um instrumento com finalidades múltiplas e não definidas, diferentemente de instrumentos clássicos de avaliação, conforme Zuboff (2019), elas não operaram com um objetivo único. Os dados capturados puderam ser utilizados para múltiplos fins como segmentação de mercado, modelagem comportamental, análise de risco, predição de consumo, controle organizacional e influência política. Essa multifinalidade reforçou a assimetria entre usuários e plataformas, uma vez que os critérios de uso e reaproveitamento das informações permaneceram opacos.

3.6 Proposta de Instrumentos de Mensuração Analítica

Com base na análise desenvolvida, este ensaio propôs instrumentos conceituais de mensuração qualitativa, considerando que tais instrumentos não visam quantificação matemática, mas estruturação analítica do fenômeno, de forma não estatística, para análise crítica das RSVs:

- i. *Grau de fragmentação identitária:*
Número e diversidade de *personas* mantidas pelo indivíduo em diferentes plataformas.
- ii. *Dependência de validação externa:*
Intensidade com que métricas de engajamento influenciaram autoestima e tomada de decisão.
- iii. *Custo psíquico da performance:*
Presença de ansiedade, exaustão ou conflito entre identidade percebida e identidade projetada.
- iv. *Opacidade algorítmica percebida:*
Nível de compreensão do usuário sobre como seus dados foram coletados e utilizados.
- v. *Multifinalidade dos dados:*
amplitude dos possíveis usos das informações geradas, além do propósito declarado da plataforma.

3.6.1 Desenvolvimento analítico: Finalidades e efeitos dos instrumentos de mensuração

Os instrumentos de mensuração empregados pelas plataformas digitais tais como: métricas de engajamento, sistemas de recomendação, análise de tempo de permanência e rastreamento de padrões de interação; foram concebidos sob a justificativa funcional de aprimorar a experiência do usuário, personalizar conteúdos e ampliar oportunidades de conexão. Contudo, conforme argumentado por Zuboff (2019), tais instrumentos passaram a cumprir finalidades que extrapolaram os propósitos declarados, operando como dispositivos de extração contínua de dados comportamentais para múltiplos usos.

Do ponto de vista mercadológico, essas métricas permitiram o refinamento de estratégias de segmentação, publicidade direcionada e modelagem preditiva, se alinhando ao que Srnicek (2017) definiu como capitalismo de plataformas. Sob a ótica sociopolítica, Andrejevic (2019) demonstrou que a automação da vigilância e da classificação algorítmica reduziu a necessidade de mediação humana, ampliando a capacidade de controle simbólico e normativo. Psicologicamente, conforme discutido por Han (2018), a internalização dessas métricas levou à autoexploração voluntária, na qual o próprio indivíduo passou a regular seu comportamento em função da visibilidade e do reconhecimento.

No campo psicossocial, Brandão (2025a) contribuiu para a compreensão dos impactos da sociedade informacional sobre a constituição do *Self* (do “Eu”), ao analisar a tensão entre ego e empatia nas relações contemporâneas. O autor argumentou que a mediação tecnológica intensificou processos de hiperindividualização, nos quais a validação externa passou a ocupar papel central na construção identitária. Tal dinâmica se mostrou convergente com a lógica das plataformas digitais, que incentivam a performance constante e a comparação social contínua, reforçando a fragmentação do sujeito em múltiplas *personas* funcionais. Essa leitura dialoga com a perspectiva de Castells (2003) ao evidenciar que a identidade, no contexto da sociedade em rede, é moldada por estruturas comunicacionais que operam segundo critérios de visibilidade, reconhecimento e engajamento, frequentemente em detrimento de vínculos empáticos mais profundos.

Os efeitos desses instrumentos se manifestaram em diferentes horizontes temporais. No curto prazo, se observou a intensificação da performatividade e da dependência de validação externa. No médio prazo, se consolidou a fragmentação identitária e a normalização da vigilância. No longo prazo, se projeta a reconfiguração estrutural das noções de privacidade,

autonomia e identidade, com impactos profundos sobre a saúde mental, a democracia e as relações de trabalho, conforme alertado por Castells (2003) e Zuboff (2019).

3.6.2 Sintetização dos instrumentos de mensuração, finalidades e efeitos

Para melhor ilustrar essa análise, elaboramos o Quadro 2 com objetivo e forma de demonstrar os instrumentos de mensuração, suas finalidades e seus efeitos;

Quadro 2: sintético – Instrumentos de mensuração, finalidades e efeitos das RSVs

Instrumento de mensuração	Finalidade declarada	Finalidade estrutural (implícita)	Efeitos principais	Autores de referência
Métricas de engajamento (curtidas, comentários, compartilhamentos)	Aumentar interação e relevância do conteúdo	Quantificar valor social e orientar comportamento	Curto: performatividade; Médio: dependência de validação; Longo: autoexploração	Zuboff (2019); Han (2018)
Algoritmos de recomendação	Personalizar a experiência do usuário	Direcionar atenção e modular preferências	Curto: reforço de padrões; Médio: bolhas informacionais; Longo: redução da autonomia cognitiva	Castells (2018); Andrejevic (2019)
Rastreamento comportamental	Melhorar serviços e segurança	Extração contínua de dados para múltiplos fins	Curto: conveniência; Médio: normalização da vigilância; Longo: erosão da privacidade	Zuboff (2019); Srnicek (2017)
Perfis algorítmicos	Classificar usuários	Predizer comportamentos e decisões	Curto: segmentação; Médio: estigmatização algorítmica; Longo: controle social automatizado	Andrejevic (2019); Deleuze (2017)
Métricas de visibilidade	Ampliar alcance de conteúdos	Estabelecer hierarquias simbólicas	Curto: competição simbólica; Médio: fragmentação do <i>Self</i>; Longo: redefinição do valor social	Castells (2003); Han (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como síntese analítica final, conforme os estudos deste ensaio e a observação do Quadro 2, é possível compreender que os instrumentos de mensuração das RSVs não operaram como mecanismos neutros ou exclusivamente funcionais, mas como componentes estruturais de um sistema mais amplo de poder informacional. Amparadas por discursos de eficiência e personalização, essas ferramentas legitimaram práticas de captura e exploração de dados com efeitos sobre a identidade e a organização social. Assim, a análise reforçou a necessidade de compreendê-las para além de sua dimensão técnica, considerando seus impactos históricos, simbólicos e existenciais no contexto das transformações da sociedade em rede.

4 HISTÓRIA DO CONTROLE E DA PRODUÇÃO IDENTITÁRIA

A análise das práticas modernas de mensuração e controle observadas na sociedade em rede exige um deslocamento analítico que ultrapasse a compreensão da tecnologia como elemento causal exclusivo. Ao longo da história, diferentes formações sociais desenvolveram mecanismos destinados a observar, classificar, normatizar e orientar comportamentos individuais e coletivos, ainda que desprovidos dos recursos técnicos atualmente disponíveis. Conforme argumentado por Foucault (1987; 2014), o exercício do poder sempre esteve intrinsecamente vinculado à produção de saber, sendo a mensuração (explícita ou implícita) um de seus instrumentos fundamentais.

Desde sociedades antigas, práticas como Censos Populacionais, registros genealógicos, rituais públicos e códigos morais funcionaram como formas de categorização social e de estabilização da ordem simbólica. Esses dispositivos não apenas organizavam a vida coletiva, mas também produziam identidades reconhecíveis, delimitando pertencimentos e exclusões. Assim, o controle social não se manifestava unicamente por meio da coerção física, mas sobretudo pela internalização de normas e valores socialmente legitimados.

4.1 Antiguidade e Idade Média: Identidade, Vigilância Simbólica e Normatização

Na Antiguidade, a construção identitária estava profundamente associada a mitos fundadores, à religião e à posição ocupada na estrutura social. Conforme analisado por Vernant (2011), o indivíduo não se percebia como uma entidade autônoma, mas como parte indissociável da *pólis* (na Grécia Antiga se referia a uma cidade-Estado autônoma), sendo sua identidade definida por papéis sociais e deveres coletivos. A vigilância, nesse contexto, operava de forma difusa, por meio do olhar da comunidade, da honra e da vergonha pública.

Durante a Idade Média, esse processo foi intensificado pela centralidade da Igreja como instância reguladora da vida social. Weber (2004) demonstrou que a moral religiosa atuava como mecanismo de racionalização das condutas, estabelecendo parâmetros claros de comportamento aceitável. A confissão, por exemplo, pode ser compreendida como um dispositivo primitivo de extração de informações subjetivas, antecipando práticas modernas de autoexposição e autorregulação. Nesse sentido, a vigilância não dependia de instrumentos técnicos sofisticados, mas da internalização da norma e do medo da exclusão simbólica.

4.2 Modernidade, Racionalização e a Emergência da Mensuração Sistemática

Com a modernidade, se observou uma transformação qualitativa nos mecanismos de controle social, marcada pela institucionalização da mensuração. Foucault (1987) identificou o surgimento das sociedades disciplinares, caracterizadas por dispositivos como escolas, fábricas e prisões, nos quais o indivíduo passou a ser continuamente observado, avaliado e classificado. A mensuração do tempo, da produtividade e do comportamento se tornou central para a organização social.

Bourdieu (2010) contribuiu para essa compreensão ao demonstrar que tais mecanismos operavam não apenas externamente, mas também por meio da incorporação simbólica das estruturas sociais, formando o *habitus*. Assim, o controle se tornou eficaz precisamente porque deixou de ser percebido como imposição, passando a ser vivenciado como natural. Esse processo antecipou aquilo que, no contexto digital, se manifesta como adesão voluntária às métricas e indicadores de desempenho social.

4.3 Mídia de Massa e a Padronização Simbólica no Século XX

No século XX, a ascensão dos meios de comunicação de massa introduziu novas formas de mensuração e influência, agora mediadas por narrativas padronizadas e audiências amplas. Adorno & Horkheimer (2006) argumentaram que a indústria cultural operava a homogeneização dos gostos e comportamentos, promovendo uma racionalidade instrumental que subordinava a cultura à lógica do mercado.

Embora ainda não orientadas por algoritmos, essas práticas já buscavam prever reações, medir alcance e maximizar efeitos simbólicos. A diferença fundamental em relação ao contexto atual reside menos nos objetivos do que na precisão e na personalização dos instrumentos disponíveis.

4.4 Sociedade Em Rede: Automação, Escala e Opacidade Algorítmica

Na sociedade em rede, conforme definida por Castells (2003), essas dinâmicas históricas atingiram um novo patamar de complexidade. A digitalização das interações sociais permitiu que práticas tradicionais de observação e classificação fossem automatizadas, ampliadas em escala global e operadas em tempo real. As plataformas digitais passaram a desempenhar papel

central na mediação das relações sociais, utilizando algoritmos como instrumentos de mensuração contínua.

Zuboff (2019) argumentou que o capitalismo de vigilância transformou dados comportamentais em matéria-prima econômica, consolidando um modelo no qual a experiência humana é sistematicamente convertida em informação. Nesse cenário, a identidade assume caráter funcional, sendo continuamente ajustada às lógicas de visibilidade, engajamento e monetização. Contudo, como ressaltado por Han (2018), esse processo se sustenta pela adesão voluntária dos indivíduos, que internalizam a lógica da performance e da autoexposição como forma de reconhecimento social.

4.5 Uma Síntese da Permanência das Finalidades, Mutação dos Meios

À luz dessa análise histórica, se torna possível afirmar que as práticas modernas de mensuração, vigilância e produção identitária não constituem um fenômeno exclusivo da modernidade tecnológica. Se trata, antes, da continuidade de uma lógica social orientada pelo controle, pela previsibilidade e pela regulação dos comportamentos, cujas finalidades permaneceram relativamente estáveis ao longo do tempo. O que se transformou foram os meios técnicos, que passaram de dispositivos simbólicos e institucionais para sistemas algorítmicos automatizados.

Dessa forma, a sociedade em rede não inaugura uma nova racionalidade social, mas intensifica e reconfigura práticas históricas de poder, tornando-as mais eficientes, invisíveis e internalizadas. Tal compreensão permite situar criticamente as redes sociais digitais como parte de um processo histórico mais amplo, evitando interpretações reducionistas e reconhecendo a complexidade das relações entre tecnologia, sociedade e subjetividade.

Elaboramos a Figura 1 com o objetivo de sintetizar, de forma visual e conceitual, as principais dimensões analíticas discutidas neste estudo sobre as RSVs. A representação articula os eixos da identidade digital, da vigilância algorítmica e do controle social, evidenciando como as interações mediadas por plataformas são continuamente capturadas, mensuradas e analisadas por sistemas automatizados. Ao integrar elementos como engajamento, dados, comércio, política e simbolismo, a Figura 1 nos permite compreender as redes sociais como dispositivos sociotécnicos complexos, que operam simultaneamente na produção de subjetividades, na regulação de comportamentos e na reprodução de relações de poder.

Figura 1: RSVs como Dispositivo Algorítmico de Mediação, Controle e Produção da Subjetividade



Fonte: Elaborado pelo autor (imagem da capa).

A Figura 1 expressa graficamente a continuidade histórica das práticas de mensuração, vigilância e regulação dos comportamentos, evidenciando que tais dinâmicas não são exclusivas da modernidade tecnológica, mas atualizações de uma racionalidade social orientada pelo controle e pela previsibilidade. No centro da representação, os algoritmos operam como mediadores entre identidade, dados e poder, substituindo antigos dispositivos simbólicos e institucionais por sistemas automatizados de análise e classificação.

As RSVs, nesse sentido, não inauguram uma nova lógica social, mas intensificam e reconfiguram práticas históricas de dominação, tornando-as mais eficientes, invisíveis e internalizadas. Ao articular dimensões econômicas, políticas e simbólicas, a imagem reforça a compreensão de que a sociedade em rede atua como ambiente formativo da subjetividade, no qual a produção identitária, o engajamento e a visibilidade são continuamente orientados por mecanismos algorítmicos, situando as tecnologias digitais como parte de um processo histórico mais amplo e complexo de poder e controle social.

4.6 Regimes de Visibilidade e Privacidade nas Redes Sociais Virtuais

As plataformas digitais de redes sociais e comunicação não constituem um bloco homogêneo, mas se estruturam como infraestruturas digitais de mediação social, com finalidades, modelos de negócio e regimes normativos distintos.

Ainda que compartilhem características técnicas semelhantes, suas formas de organização, governança e exploração econômica variam de maneira significativa.

Embora todas afirmem observar legislações de proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no contexto brasileiro, as regras de utilização (BRASIL, 2018; 2019), os mecanismos de coleta de informações e os níveis de transparência oferecidos aos usuários diferem substancialmente.

Além da LGPD, existem outros marcos legais que orientam a proteção de dados em âmbito internacional, como o *General Data Protection Regulation* (GDPR), da União Europeia (2016). Esse regulamento estabelece princípios e obrigações para o tratamento de dados pessoais, influenciando legislações nacionais e servindo de referência para a regulação das plataformas em escala global.

De modo geral, os termos de uso e as políticas de privacidade funcionam como instrumentos regulatórios centrais das plataformas. Esses documentos definem tanto os limites da interação dos usuários quanto as condições sob as quais dados pessoais e comportamentais são coletados, processados e monetizados.

Entretanto, tais políticas costumam apresentar elevado grau de complexidade técnica e jurídica. Essa característica dificulta a compreensão plena por parte dos usuários e contribui para a opacidade das intenções econômicas e tecnológicas que orientam o funcionamento das plataformas digitais.

O Quadro 3 a seguir sistematiza as principais características de algumas das plataformas digitais mais utilizadas, considerando:

- (a) tipo de comunicação predominante;
- (b) objetivos declarados;
- (c) clareza desses objetivos para o usuário;
- (d) regras de privacidade e uso de dados;
- (e) grau de visibilidade das intenções de coleta e monetização.

Quadro 3: Objetivos, tipos de comunicação e regras de privacidade das plataformas digitais (2025)

Plataforma	Tipo de comunicação	Objetivos declarados	Clareza dos objetivos para o usuário	Regras de privacidade e uso de dados	Invisibilidade das intenções
Instagram (2025)	Mídia social visual; relacionamento; profissional	Conectar pessoas, compartilhar fotos e vídeos e oferecer experiências personalizadas, incluindo publicidade	Parcialmente clara	Coleta ampla de dados (conteúdo, interações, dispositivos, localização, uso intra e extraplataforma); personalização e anúncios baseados em dados	Alta
TikTok (2026)	Vídeo; entretenimento; comunidades de nicho	Criação e consumo de vídeos curtos com personalização do <i>feed</i>	Parcialmente clara	Coleta dados fornecidos, automáticos e inferidos (interesses, idade); uso para moderação, segurança e publicidade	Alta
YouTube (2025)	Vídeo; mídia social; profissional	Hospedagem e distribuição global de vídeos, com publicidade e serviços <i>premium</i>	Relativamente clara	Integrado à política do Google; coleta dados de uso para recomendações e anúncios; controle parcial pelo usuário	Média
Kwai (2024)	Vídeo; entretenimento	Engajamento em massa e monetização por publicidade	Parcialmente clara	Coleta dados operacionais; uso limitado para publicidade externa sem consentimento; foco declarado em segurança	Média
Snapchat (2025)	Comunicação visual; relacionamento	Comunicação efêmera e privada entre usuários	Clara	Conteúdos privados não são usados para anúncios; uso de metadados e dados de uso geral	Baixa a média
X / Twitter (2025)	Mídia social; conversa pública	Promover a conversa pública global	Clara	Coleta dados de uso, biométricos e profissionais; possibilidade de uso para treinamento de IA	Alta
LinkedIn (2025)	Profissional; <i>networking</i>	Conectar profissionais e ampliar oportunidades de carreira	Clara	Uso de dados para <i>networking</i> , recrutamento e publicidade B2B; alto controle de visibilidade do perfil	Média
Reddit (2025)	Comunidades de nicho; discussão	Organização de comunidades baseadas em interesses	Relativamente clara	Coleta mínima; possibilidade de navegação anônima; foco em segurança e anúncios contextuais	Baixa
Discord (2025)	Comunidades; comunicação por voz, texto e vídeo	Facilitar comunicação comunitária em servidores	Clara	Não vende dados; coleta dados técnicos e de uso; acesso ao conteúdo apenas mediante denúncia ou exigência legal	Baixa
Twitch (2023)	<i>Streaming</i> ao vivo; comunidades	Transmissões ao vivo de jogos e entretenimento	Clara	Coleta dados pessoais e de uso; compartilhamento com parceiros publicitários; não vende dados pessoais	Média

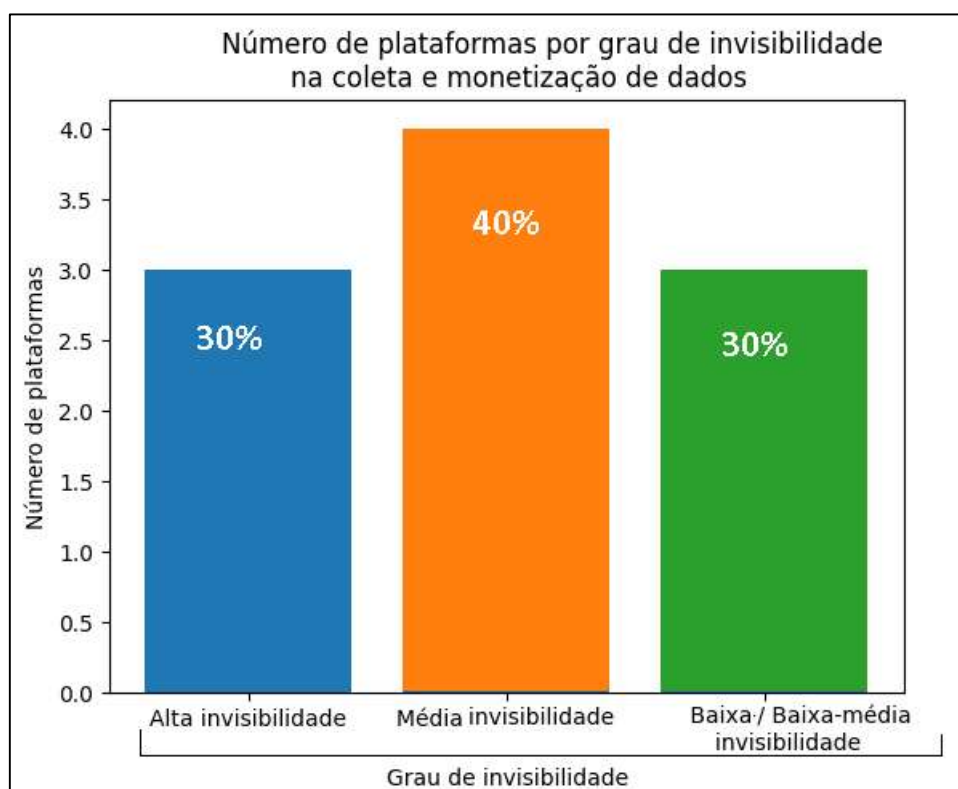
Fonte: Elaborado pelo autor

Todas as plataformas listadas no Quadro 3 utilizam simultaneamente o GDPR e a LGPD como bases legais, de acordo com o território, não de forma excludente, mas de maneira complementar e territorializada. De forma geral, observa-se que, mesmo quando os objetivos declarados são relativamente claros, as dinâmicas de coleta, inferência e monetização de dados permanecem, em grande parte, opacas para os usuários.

Essa assimetria informacional reforça a noção de que a adesão às plataformas ocorre sob um regime de consentimento formal, frequentemente desvinculado de uma compreensão efetiva sobre o alcance do uso dos dados pessoais, o que contribui para a legitimação de práticas de vigilância contínua em ambientes percebidos como espaços de sociabilidade, entretenimento ou desenvolvimento profissional.

O gráfico foi construído a partir da classificação qualitativa das plataformas analisadas no Quadro 3, agrupadas segundo o grau de invisibilidade das intenções de coleta, tratamento e monetização de dados, conforme declarado em suas políticas de uso e privacidade. As categorias analíticas adotadas foram: alta invisibilidade, média invisibilidade e baixa ou baixa-média invisibilidade.

Figura 2: Distribuição das plataformas digitais segundo o grau de invisibilidade das intenções de coleta e monetização de dados



Fonte: Elaborado pelo autor (baseado no Quadro 3)

O gráfico de barras da Figura 2 evidencia que 70% das plataformas analisadas operam com níveis médios ou elevados de invisibilidade quanto às intenções de coleta e monetização de dados. Esse resultado revela uma assimetria informacional estrutural entre plataformas e usuários, na qual a mensuração contínua das interações e da identidade digital ocorre de forma limitada em termos de transparência e compreensão efetiva por parte dos sujeitos.

Em conjunto, os gráficos indicam que a maioria das plataformas digitais analisadas opera sob regimes de transparência restrita, combinando estratégias discursivas de clareza parcial com práticas opacas de coleta, tratamento e monetização de dados. Tal dinâmica reforça a assimetria de poder característica da sociedade em rede, na qual a identidade do usuário é permanentemente mensurada, classificada e convertida em valor econômico.

Nesse sentido, os gráficos funcionam como uma ponte visual entre a teoria crítica e a análise do ambiente digital, evidenciando que:

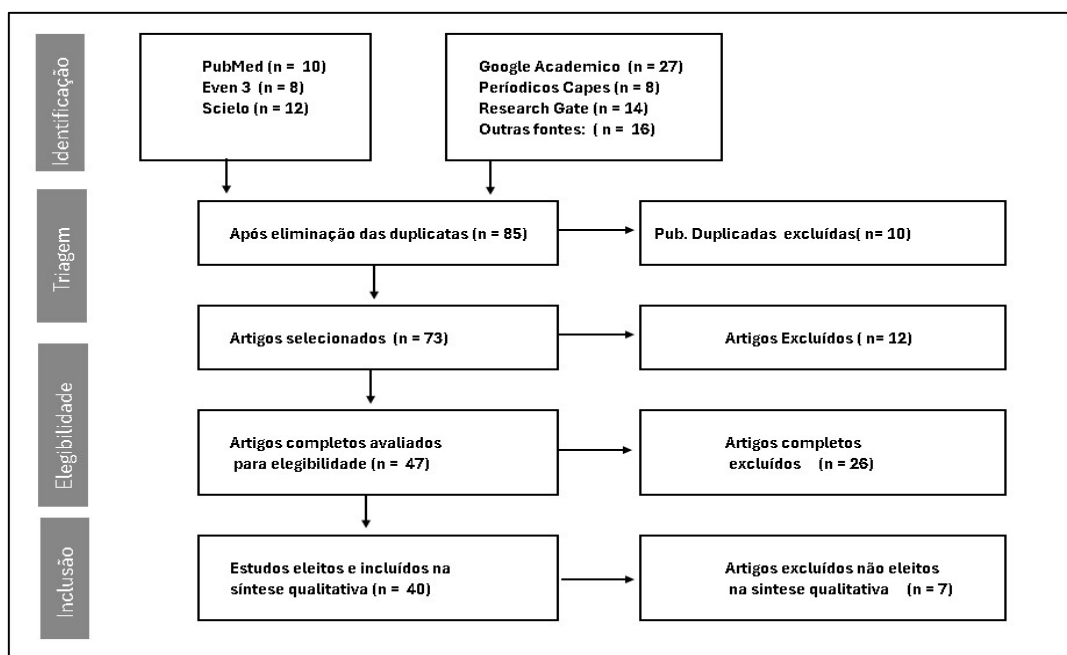
- Identidade é produzida, inferida e modulada a partir de dados;
- Mensuração ocorre de forma contínua, automatizada e majoritariamente opaca;
- Poder concentra-se nas plataformas digitais, e não nos usuários.

5 METODOLOGIA

Este ensaio se caracterizou como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e analítico-descritiva, cujo objetivo foi examinar criticamente o papel das redes sociais digitais (RSVs) como instrumentos de mensuração identitária, comportamental e social, à luz de referenciais teóricos clássicos e contemporâneos. A investigação se concentrou na articulação entre identidade, poder informacional, lógica algorítmica e continuidade histórica das práticas de controle e normatização social.

A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica sistematizada, realizada ao longo de um período de dois meses, contemplando a identificação, seleção e análise crítica de produções acadêmicas relevantes. Inicialmente, foram localizadas 95 publicações, entre artigos científicos, livros, capítulos de livros, ensaios teóricos legislações e plataformas virtuais, a partir de bases de dados e repositórios acadêmicos como Google Acadêmico, *Scielo*, *JSTOR*, *Web of Science*, *SpringerLink*, *Redalyc*, *Dialnet* e *ResearchGate* entre outros, conforme fluxograma da Figura 3:

Figura 3: Fluxograma de Pesquisa e Seleção de Publicações



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a etapa de triagem, que envolveu a leitura criteriosa de títulos, resumos e conclusões dos artigos identificados, foi realizada a eliminação de duplicatas, reduzindo a amostra inicial de 95 publicações para 85. Em seguida, os artigos restantes foram avaliados quanto à relevância temática para os objetivos do estudo, resultando na seleção de 73 trabalhos. Destes, 47 foram analisados na íntegra para verificar sua elegibilidade, considerando critérios como foco nos temas centrais da pesquisa: sociedade em rede, capitalismo de vigilância, poder algorítmico, identidade, subjetividade e controle social, além de obras clássicas que fornecem suporte histórico à análise. Por fim, 40 publicações foram eleitas para a síntese qualitativa, constituindo a base teórica e analítica do estudo, enquanto 7 artigos completos, apesar de inicialmente selecionados, não foram incluídos na análise final.

Os critérios de inclusão adotados compreenderam:

- publicações com fundamentação teórica consistente nas áreas da sociologia, filosofia social, comunicação e estudos críticos da tecnologia;
- obras clássicas reconhecidas, independentemente do recorte temporal;
- estudos contemporâneos que atualizam ou dialogam criticamente com tais referenciais.
- Como critérios de exclusão, foram descartados textos de caráter meramente opinativo, produções sem rigor teórico-metodológico ou sem pertinência direta ao problema de pesquisa.

A análise do material selecionado foi realizada por meio de categorias analíticas temáticas, entre as quais se destacaram: identidade e produção do *Self*; poder informacional e arquiteturas algorítmicas; mensuração social e captura de dados; e continuidade histórica das práticas de controle e normatização. Essas categorias orientaram a construção dos quadros sintéticos e a articulação comparativa entre os autores, permitindo identificar convergências, tensões e deslocamentos conceituais.

Como limitação, se reconhece que o ensaio não esgota a totalidade da produção acadêmica sobre o tema, especialmente diante da rápida expansão dos estudos sobre plataformas digitais e algoritmos. Outrossim, a ausência de investigação empírica direta restringe o alcance dos resultados à dimensão teórico-analítica. Ainda assim, a metodologia adotada se mostrou adequada para sustentar uma análise crítica consistente, alinhada aos objetivos e às hipóteses do estudo.

6 DISCUSSÃO

Os resultados analíticos indicaram que a vida social mediada por plataformas digitais passou a operar como uma dimensão incorporada à existência cotidiana, estruturada por regimes de mensuração, visibilidade e controle, nos quais a realidade performada tende a moldar a experiência vivida. Nesse contexto, o indivíduo assume múltiplos papéis sociais, regulados simultaneamente por expectativas coletivas e por métricas de visibilidade que, embora centrais para a organização das interações, permanecem em grande medida invisíveis aos próprios usuários.

A partir das contribuições de Castells (2003; 2018), foi possível compreender que essa dinâmica se estrutura no interior do capitalismo informacional e das relações de poder em rede. Nesse modelo, a identidade deixa de operar apenas como expressão subjetiva e passa a constituir um recurso estratégico, passível de mensuração, categorização e exploração econômica e simbólica. Assim, a constituição identitária torna-se indissociável das infraestruturas técnicas e comunicacionais que organizam os fluxos informacionais em escala global.

A articulação dos autores mobilizados evidenciou que as práticas de mensuração, controle e produção identitária, embora intensificadas pela mediação tecnológica, não configuram uma ruptura histórica absoluta. Conforme demonstrado pela análise histórica e pelos quadros sintéticos apresentados, tais práticas correspondem a desdobramentos de lógicas

sociais recorrentes, continuamente adaptadas a distintos contextos técnicos e institucionais. As contribuições de Foucault (1987; 2014) foram centrais para demonstrar que o poder opera de forma difusa, sustentado por processos de observação, classificação e normalização dos indivíduos, sem depender exclusivamente de coerção direta.

Essa leitura é aprofundada por Bourdieu (2010), ao evidenciar que a internalização das estruturas sociais produz disposições duráveis, o *habitus*, que orientam práticas e percepções, tornando o controle social eficaz justamente por sua invisibilidade. Essa lógica se mostrou análoga à atuação dos algoritmos nas plataformas digitais, que organizam comportamentos e interações a partir de critérios técnicos opacos, naturalizados pelos próprios usuários.

Ao longo deste capítulo, o conceito de invisibilidade ou opacidade, se refere à baixa transparência dos mecanismos técnicos, econômicos e normativos que regulam a coleta, o processamento e a monetização de dados, dificultando a compreensão, por parte dos usuários, das lógicas que orientam o funcionamento das plataformas digitais. Essa opacidade sustenta assimetrias informacionais e simbólicas, reforçando relações de poder mediadas tecnologicamente.

No plano psicossocial, Brandão (2025a) contribuiu ao demonstrar que a identidade digital se constitui na tensão entre autoafirmação, reconhecimento e empatia, favorecendo a fragmentação do *Self* em contextos de validação permanente. Essa leitura dialoga com Brandão (2025d), ao evidenciar que a reconfiguração das necessidades humanas no ambiente digital reforça dinâmicas de pertencimento mediadas por métricas, *feedbacks* algorítmicos e regimes de visibilidade contínua.

Sob a dimensão ética e cognitiva, Brandão (2025b) ampliou a discussão ao indicar que a externalização de processos mentais para sistemas digitais influencia percepções, decisões e juízos morais. Tal processo contribui para a legitimação subjetiva das lógicas de mensuração, na medida em que a adesão às plataformas ocorre sob a percepção de benefícios simbólicos, afetivos e comunicacionais, mesmo diante de práticas estruturais de exploração de dados.

A contribuição de Weber (2004) permitiu compreender como a racionalização das condutas e a ética da performance constituíram bases históricas para a aceitação social de métricas, comparações e avaliações contínuas. Na sociedade em rede, conforme Castells (2003; 2018), essa racionalidade foi intensificada pela capacidade técnica de programar fluxos informacionais e processos de classificação em escala global.

A análise histórica indicou ainda que, desde sociedades antigas e medievais, mecanismos simbólicos como honra, vergonha, confissão e vigilância comunitária operaram como formas de mensuração moral e identitária. Conforme Vernant (2011) e Weber (2004), a

identidade sempre esteve condicionada a estruturas coletivas de sentido, sendo o indivíduo raramente compreendido como plenamente autônomo em relação às normas sociais.

No contexto contemporâneo, o diálogo com Zuboff (2019) evidenciou que a captura de dados assumiu caráter multifinal, sendo mobilizada para fins econômicos, preditivos e simbólicos. Essa dinâmica reforça o argumento de que práticas de resistência e contrainformação tendem a ocorrer no interior de estruturas capazes de capturá-las como dados. Conforme Han (2018), tal processo se sustenta menos pela coerção direta e mais pela adesão voluntária, pela autoexposição e pela internalização das lógicas de desempenho e visibilidade.

A leitura comparativa do Quadro 3, relativo aos objetivos, tipos de comunicação e regras de uso das plataformas digitais, e da Figura 2, que apresenta a distribuição do grau de invisibilidade das intenções de coleta e monetização de dados por meio de um gráfico de barras, evidencia empiricamente como racionalidades técnicas e econômicas se manifestam sob a aparência de neutralidade, eficiência e funcionalidade.

A visualização comparativa proporcionada pelo gráfico torna perceptível a concentração das plataformas nos níveis médio e elevado de invisibilidade, indicando que a opacidade não constitui uma exceção, mas um padrão estrutural do ambiente digital na atualidade. Tal achado dialoga com a tradição crítica inaugurada por Adorno & Horkheimer (2006), ao demonstrar que essas racionalidades operam mecanismos sutis de dominação simbólica, ao mesmo tempo em que reforça a compreensão das redes digitais como estruturas centrais de poder na sociedade em rede, conforme apontam Castells (2003; 2018) e Van Dijck (2013).

Ao mesmo tempo, os resultados sistematizados na Figura 2 corroboram as análises de Foucault (1987), Deleuze (2017) e Han (2018) acerca da transição dos modelos disciplinares clássicos para formas difusas, contínuas e internalizadas de controle e psicopolítica, nas quais a vigilância se integra às práticas ordinárias de comunicação, sociabilidade e produção de sentido. A evidência da predominância de regimes de invisibilidade média e alta reforça, ainda, as interpretações de Zuboff (2019), Srnicek (2017) e Andrejevic (2019), segundo as quais a extração e a monetização de dados operam de maneira estrutural e sistemática. Nesse contexto, conforme indicam Bourdieu (2010), Boyd (2014) e Recuero (2009), os usuários tendem a naturalizar tais dispositivos de poder, aderindo à regimes de consentimento formal e simbólico que contribuem para a reprodução de assimetrias informacionais, econômicas e culturais.

Dessa forma, comportamentos como fragmentação identitária, multiplicidade de *personas* e busca por validação algorítmica não devem ser compreendidos como desvios individuais, mas como respostas estruturais a um ambiente social orientado pela mensuração

contínua. A tecnologia atua, assim, como catalisadora de tendências históricas preexistentes, convertendo práticas simbólicas em processos automatizados.

Nesse cenário, a integração entre teoria, análise empírica e perspectiva histórica reforça a hipótese central do estudo, segundo a qual a sociedade em rede não inaugura uma nova lógica de poder, mas reconfigura e intensifica mecanismos históricos de controle social e produção identitária, agora mediados por sistemas algorítmicos opacos, multifuncionais e amplamente naturalizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscou-se compreender os impactos das plataformas digitais na constituição da identidade, nos comportamentos sociais e nas formas contemporâneas de exercício do poder. A análise articulou contribuições teóricas clássicas e atuais, bem como quadros analíticos e uma perspectiva histórica, permitindo situar a sociedade em rede como parte de um processo social mais amplo, e não como um fenômeno isolado ou exclusivamente tecnológico.

A partir da discussão desenvolvida, pode-se afirmar que as questões norteadoras foram satisfatoriamente respondidas. Constatou-se que as plataformas digitais atuam como infraestruturas de poder informacional, nas quais a identidade deixa de ser apenas expressão subjetiva e passa a operar como recurso estratégico, mensurável e explorável. Esse processo favorece a fragmentação do *Self*, a constituição de múltiplas *personas* e a adesão voluntária a sistemas de validação algorítmica, conforme evidenciado pelas contribuições de Castells, Foucault, Bourdieu, Han, Zuboff e Brandão.

No que se refere aos objetivos do estudo, estes foram alcançados ao demonstrar que os comportamentos observados na sociedade em rede não correspondem a desvios individuais ou patologias sociais isoladas, mas a respostas estruturais a um ambiente historicamente orientado pela normatização, pela racionalização das condutas e pela mensuração simbólica. A análise histórica evidenciou que práticas de vigilância, classificação e controle antecedem a era digital, sendo a tecnologia responsável por ampliar sua escala, velocidade e capacidade de reprocessamento contínuo.

A hipótese central do trabalho, segundo a qual a sociedade em rede não inaugura uma nova lógica de poder, mas reconfigura e intensifica mecanismos históricos de controle social e produção identitária, foi confirmada. A análise comparativa das plataformas digitais evidencia

que estas não operam como intermediárias neutras, mas como arquiteturas sociotécnicas ativas que organizam regimes de visibilidade, reconhecimento e pertencimento, ao mesmo tempo em que estruturam práticas complexas de coleta, tratamento e uso de dados pessoais, conforme explicitado no critério (d) do Quadro 3 (regras de privacidade e uso de dados).

Nesse sentido, o cruzamento analítico entre o Quadro 3, especialmente no que se refere às regras de privacidade e uso de dados, e a Figura 2, que sistematiza graficamente o grau de invisibilidade dessas práticas, desempenha papel central na consolidação das conclusões do estudo. Ao evidenciar a concentração significativa de plataformas nos níveis médio e elevado de invisibilidade, o gráfico de barras permite mensurar, a partir das próprias políticas institucionais, a distância entre os objetivos declarados pelas plataformas e as práticas efetivas de coleta, inferência, personalização e monetização de dados. Tal evidência reforça, no plano documental, os argumentos teóricos desenvolvidos ao longo da análise, ao demonstrar que a opacidade informacional constitui um elemento estrutural, e não contingente, do funcionamento das redes digitais da atualidade.

Entre as principais conclusões, destaca-se que a adesão dos indivíduos a essas dinâmicas ocorre, em grande medida, de forma voluntária e normalizada, legitimada por benefícios simbólicos, afetivos e sociais percebidos no uso cotidiano das plataformas. Essa constatação reforça a relevância das abordagens psicopolíticas e éticas, ao indicar que o poder contemporâneo se sustenta menos por mecanismos explícitos de coerção e mais pela internalização das lógicas de desempenho, exposição contínua e autoavaliação permanente, nas quais a identidade se converte simultaneamente em recurso expressivo e em matéria-prima para a economia dos dados.

Como delimitação do estudo, optou-se por uma abordagem predominantemente teórica e analítica, sem investigação empírica direta com usuários. Do mesmo modo, a seleção de autores e correntes teóricas específicas assegurou coerência analítica, ao custo de um diálogo mais amplo com abordagens empíricas da comunicação, da psicologia social aplicada ou da ciência de dados.

Assim, torna-se relevante que pesquisas futuras aprofundem empiricamente os efeitos dessas dinâmicas sobre grupos específicos, como jovens, trabalhadores de plataformas ou comunidades digitais marginalizadas. Recomenda-se, ainda, a investigação de estratégias de resistência, reconfiguração ética e educação digital que possibilitem formas mais conscientes de interação com sistemas algorítmicos.

Este ensaio contribui para o campo ao oferecer uma leitura integrada, histórica e crítica da sociedade em rede, evitando interpretações tecnodeterministas e reforçando a compreensão

das plataformas digitais como parte de um processo social contínuo, complexo e profundamente enraizado nas formas históricas de organização do poder e da identidade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, 223 p. ISBN: 9788571104143.
- ANDREJEVIC, M. **Automating Surveillance: Surveillance & Society**. [online]. 17(1/2), Abingdon: Routledge, 2019, pp. 7-13. DOI: 10.24908/ss.v17i1/2.12930. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332114282_Automating_Surveillance>. Acesso em: 01 jan. 2026.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. ISBN: 9788528699630.
- BOYD, D. **It's complicated: the social lives of networked teens**. [online], Idioma ingles. New Haven: Yale University Press, 2014, 281 p. ISBN: 9780300166439. DOI: 10.12987/9780300166439. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281562649_It's_Complicated_The_Social_Lives_of_Networked_Teens>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- BRANDÃO, I. C. **Entre o ego e a empatia**: desafios para (re)construir relações familiares éticas e autênticas na era da informação. [online] [PDF], Recife: Even 3 Publicações, 2025a, 22 p. DOI:10.29327/7614786. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/394002943>>. Acesso em 25 dez. 2025,
- BRANDÃO, I. C. **Do pensamento humano à consciência digital**: entre o risco e a evolução ética. [online] [PDF], Recife: Even 3 Publicações, 2025b, 26 p. DOI:10.29327/7625655. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/395577003>>. Acesso em: 26 dez. 2025.
- BRANDÃO, I. C. **A projeção da imagem pessoal e o poder da empatia nas redes**: pilares e estratégias para influência e credibilidade digital. [online] [PDF], Recife: Even 3 Publicações, 2025c, 32 p. DOI:10.29327/7696790. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/396657429>>. Acesso em: 20 dez.2025.
- BRANDÃO, I. C. **Sociedade em rede e a nova hierarquia de necessidades: reflexões sobre o ser digital**. [online] [PDF], Recife: Even 3 Publicações, 2025d, 22 p. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/398661891>>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. [online]. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: Presidência da República, 2018, [n.p.]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**. [online]. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2019, [n.p.]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm>. Acesso em: 16 nov. 2025.
- BRASIL ESCOLA. **Redes sociais**. [online]. [s.l.]: Brasil Escola Uol, 2025, [n.p.]. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/redes-sociais.htm>>. Acesso em: 01 dez.2025.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. [PDF]. Vol 1, São Paulo: Paz e Terra, 2003, 700 p. Disponível em: <<https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-asociedade-em-rede.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. 1.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2018, 152 p. ISBN: 978-8537817643.
- DAVENPORT, T.; & BECK, J. **The Attention Economy : Understanding the New Currency of Business**. Boston: Harvard Business School Press, 2001. DOI: 10.1145/376625.376626. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/31715197_The_Attention_Economy_Understanding_the_New_Currency_of_Business_TH_Davenport_JC_Beck>. Acesso em: 15 dez. 2025.

DELEUZE, G. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2017, 240 p. ISBN: 978-8585490041.

DISCORD. **Atualizações importantes da Política**. [online]. [s.l.]: *Discord Inc.*, 29 ago. 2025, [n.p.]. Disponível em: <https://discord.com/safety/important-policy-updates>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. [PDF]. Organização e tradução de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, 388 p. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/126955/Foucault+Microf%C3%ADsica+do+Poder_pdf.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas Prisões**. [online],[PDF], Tradução de Raquel Ramallete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987, 288 p. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Foucault_Vigiar%20e%20punir%20I%20e%20II.pdf> Acesso em 05 dez.2025.

GOOGLE. **YouTUBE - As políticas do YouTube são importantes para oferecer uma experiência positiva a todas as pessoas nessa plataforma**. [online]. [s.l.]: *Google LLC*, 2025, [n.p.]. Disponível em: <<https://transparency.google/our-policies/product-terms/youtube>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

HAN, B-C. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2018, 102. ISBN: 9788592649395.

INSTAGRAM. **Política de Dados**. [online]. [s.l.]: *Meta Platforms*, 2025, [n.p.]. Disponível em: <<https://help.instagram.com/155833707900388>>. Acesso em: 20 dez. 2025.

JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. Obras completas de Carl Gustav Jung, 27 ed., Petrópolis: Ed. Vozes Ltda., 2011, 204 p. ISBN: 9788532641113.

KWAI. **Privacy Policy**. [online], Idioma ingles. [s.l.]: *Kwai Technology*, 31 Dez. 2024, [n.p.]. Disponível em: <<https://kwaipilot.ai/policies/privacy-policy>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

LINKEDIN. **Contrato do Usuário**. [online]. [s.l.]: LinkedIn Corporation, vig. 3 nov. 2025. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/legal/user-agreement>>. Acesso em: 01 jan.2025

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. [online], [PDF], Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2009, 191 p. ISBN: 9788520505250. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Raquel-Recuero/publication/259328435_Red_Sociais_na_Internet/links/0c96052b036ed28f4d000000/Redes-Sociais-na-Internet.pdf> Acesso em: 10 dez.2025.

REDDIT. **Reddit Privacy Policy**. [online], Idioma ingles. [s.l.]: *Reddit Inc.*, 2025, [n.p.]. Disponível em: <<https://www.reddit.com/policies/privacy-policy>>. Acesso em 05 dez. 2025.

ROSA, L. De O. S.; & BRAVO, R. O Papel das Redes Sociais Digitais na Construção das Identidades de Gênero e Suas Conexões. In: **Anais do 3º Seminário Internacional Gêneros, Sexualidades e Educação na Ordem do Dia**, Anais. [online], [PDF]. Nova Iguaçu(RJ): UFJR, 2024, 9 p. ISBN: 9786527212614. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/3sigse/816859-o-papel-das-redes-sociais-digitais-na-construcao-das-identidades-de-genero-e-suas-conexoes/>>. Acesso em: 04/01/2026.

SNAP INC. **Política de Privacidade**. [online]. [s.l.]: Snap Inc., vigência 7 de abr. de 2025, [n.p.]. Disponível em: <<https://values.snap.com/privacy/privacy-policy>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. [online], Idioma ingles. *Cambridge: Polity Press*, 2017, 171 p. ISBN: 9781509504862; 9781509504879. DOI: 10.20396/rbi.v18i2.8654960. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbi/a/zBFjKpSGfvd3CG6pvkCNxZw/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

STRIPHAS, T. **Algorithmic Culture**. [online], Idioma ingles. *Indiana, USA: European Journal of Cultural Studies*, 18(4-5), 2015, pp. 395-412. DOI:10.1177/1367549415577392. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/278729955_Algorithmic_culture>. Acesso em: 25 dez. 2025.

TERRANOVA, T. *Network Culture: Politics for the Information Age*. Idioma ingles. Pluto Press, 2004, 192 p. ISBN: 9780745317489.

TIKTOK. *Privacy Policy*. [online], Idioma ingles. [s.l.]: *TikTok Pte. Ltd.*, 2026, [n.p.]. Disponível em: <<https://www.tiktok.com/legal/page/br/privacy-policy/en>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

TWITCH. **Aviso de Privacidade:** *Twitch.tv Privacy Notice*. [online]. [s.l.]: *Twitch legal*, 30 jun. 2023, [n.p.]. Disponível em: <<https://legal.twitch.com/legal/privacy-notice>>. Acesso em: 25 dez. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. **General Data Protection Regulation (GDPR): Regulation (eu) 2016/679 of the European Parliament and of The Council**, de 27 de April de 2016. *on the protection of natural persons with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data, and repealing Directive 95/46/EC (General Data Protection Regulation)*. Jornal Oficial da União Europeia, L 119, 4 maio 2016. Disponível em: <<https://gdpr.eu.org/full/full.pdf>>. Acesso em: 28 dez.2025.

VAN DIJCK, J. *The culture of connectivity: a critical history of social media 1 st ed*. Idioma ingles. Oxford: Oxford University Press, 2013, 240 p. ISBN: 9780199970780.

VERNANT, J-P. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 240 p. ISBN: 9788574320267.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 336 p. ISBN: 9788535904703.

WINNICOTT, Donald. **O ambiente e os processos de maturação**. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artmed, 1983, 268 p. ISBN: 9788573074567.

X CORP. *The X Rules: Privacy Policy*. [online], Idioma ingles. [s.l.]: X Corp., 2025, [n.p.]. Disponível em: <<https://help.x.com/en/rules-and-policies/x-rules>>. Acesso em: 25 dez. 2025.

ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power* Idioma ingles. New York: *PublicAffairs*, 2019, 704 p. ISBN: 9781610395694.

SOBRE O AUTOR

i IRAÊ CÉSAR BRANDÃO



O autor se dedica a explorar as contradições do cotidiano, a potência do pensamento reflexivo e a beleza da transformação pessoal. Sua trajetória profissional transita pelas áreas de tecnologia, comunicação, educação e escrita, sempre guiado por uma inquietação intelectual que o leva a buscar novas leituras, formações e experiências práticas. Em constante processo de reciclagem e ampliação de seus conhecimentos, mantém uma rotina de estudos exaustivos, fundamentada na curiosidade e no desejo de compreender melhor os desafios modernos. Seus objetivos envolvem promover o diálogo entre profissionais de TI, professores, gestores, colaboradores e clientes, incentivando parcerias inovadoras e o intercâmbio de ideias. Aberto à criação de novas soluções, produtos e serviços, atua com responsabilidade ética e legal, sempre comprometido com o desenvolvimento humano, tecnológico e com a construção de uma cidadania mais consciente e colaborativa.

Formações Acadêmicas: Graduado em Gestão de Tecnologia da Informação (UNICSUL); MBA Executivo em Segurança Cibernética (FI) e MBA Executivo em Gestão Estratégica de *Marketing*, Planejamento e Inteligência Competitiva (FI).

Pós-graduado e especialista nas seguintes áreas:

- Filosofia (FAAL);
- Sociologia (FAAL);
- Uso Educacional da Internet (UFLA);
- Docência do Ensino Superior e Neuropsicologia (Faculeste);
- Docência em Administração (Faculeste);
- Docência para Educação Profissional e Tecnológica (Faculeste);
- Ciências da Natureza, suas Tecnologias e Mundo do Trabalho (UFPI);
- Linguagens, suas Tecnologias e Mundo do Trabalho (UFPI);
- Matemática e suas Tecnologias e Mundo do Trabalho (UFPI);

Pós-graduando pela Faculeste em:

- *Cybercrime* e *Cybersecurity*: Prevenção e Investigação de Crimes Digitais;
- Neurociências Cognitivas e Processos Psicológicos;
- Perícia Forense Aplicada a Informática.

Aperfeiçoamentos e Formação Complementar: Com um olhar atento às transformações educacionais e tecnológicas, o autor investe continuamente em aperfeiçoamentos alinhados às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incluindo formações nas áreas de Mundo do Trabalho, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Linguagens e suas Tecnologias, por meio de plataformas como AVAMEC e SEB. Sua trajetória inclui uma sólida formação extracurricular em Desenvolvimento de Sistemas, Programação Web e diversas linguagens de programação (*JavaScript*, *HTML*, *CSS*, *Python*, *C#*, entre outras), bem como especializações em *Azure*, *Power BI*, *Marketing* Digital, Qualidade e Testes de *Software* (Q&A), Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), Educação Midiática, Perícia Forense Computacional, Empreendedorismo, Ciências Contábeis, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), *Cloud Computing*, Inteligência Artificial e *Machine Learning*, entre outras áreas voltadas à Tecnologia da Informação.

Área de Atuação: Atua como empresário na área de Tecnologia e Segurança da Informação há mais de 25 anos. Na Educação, integra a Rede Estadual de Ensino, lecionando Tecnologia da Informação em cursos técnicos e nas disciplinas do Novo Ensino Médio, com foco nas competências da BNCC. Também exerce atividades como tutor universitário, ampliando seu alcance na formação de novos profissionais.



<https://orcid.org/0000-0002-2079-0615>



<https://www.linkedin.com/in/irae-cesar-brandao-a2112b69/>



<http://lattes.cnpq.br/3757125329283407>



<https://www.researchgate.net/profile/Irae-Brandao-2>